

Farmacêutico News - Brexit pode contribuir para regresso de talentos

Prof. Doutor Rui Loureiro

O **Prof. Doutor Rui Loureiro** é professor universitário da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL) e acredita que o desequilíbrio sentido em Portugal na passagem da troika está agora a ser sentido em Inglaterra, devido ao Brexit. Na opinião do especialista em farmacêutica industrial, uma das consequências será o regresso de talentos portugueses que emigraram. O fundamento pode ser lido nesta entrevista que concedeu à revista Farmacêutico News.

Farmacêutico News (FN) | Segundo um estudo da Ordem dos Farmacêuticos sobre o mercado de trabalho, a taxa de desemprego dos farmacêuticos é inferior à média nacional, portanto de 4,4% contra 7%. Por que motivo não é tão notória a crise ao nível de empregabilidade no setor farmacêutico?

Rui Loureiro (RL) | É um estudo que diz respeito fundamentalmente às farmácias comunitárias, cujo desemprego é maior que na área da indústria farmacêutica (IF). Aliás, na IF, há muita procura de mão-de-obra qualificada face a outras áreas do setor farmacêutico. A IF é altamente regulamentada e as regras aplicadas em Portugal são as mesmas dos restantes países europeus e, consoante os acordos internacionais, até dos EUA e do Japão. Isto significa que existe um vasto mercado, nacional e internacional, capaz de receber estes profissionais altamente diferenciados, sendo que muitos optam por emigrar.

FN | Essa necessidade de profissionais especializados está também ligada ao fluxo de talentos, em especial ocorrido na altura da troika?

RL | É de certeza um dos fatores que tem impacto e que seria interessante quantificar. Embora tenha sido em Portugal que adquiriram certas competências, a verdade é que o País não oferecia condições e as pessoas ingressaram noutros mercados nas áreas da Enfermagem, Farmácia e Medicina. Por seu turno, em alguns países, como na Noruega, foram criados programas dirigidos a farmacêuticos portugueses, com condições especiais entre eles cursos de norueguês. Há uma grande circulação, que cria pressão na indústria portuguesa e na respetiva capacidade de crescer.

FN | Quais os principais destinos destes talentos?

RL | Inglaterra e alguns países nórdicos, como a Noruega.

FN | Acredita que o Brexit possa trazê-los de volta?

RL | O desequilíbrio que existiu em Portugal é, neste momento, sentido em Inglaterra. Ou seja, há uma forte possibilidade de “jogar” a nosso favor, portanto, seria de todo lógico estarmos atentos e criarmos condições de *nudging*. Aliás, o facto de ter sido anunciada uma redução nos impostos poderá ter sido um exercício de *nudging*.

É preciso apostar no setor da saúde em geral e especificamente do medicamento, porque o futuro é estável quando comparado com outros setores. Além disso,

Portugal
está na moda.

FN | Dá-se valor à investigação feita em Portugal por farmacêuticos portugueses?

RL | Muito honestamente, cada vez mais, estamos a fazer melhor investigação e temos mais núcleos, tanto públicos como privados, como seja o Instituto Gulbenkian Ciências ou a Fundação Champalimaud. Na área da saúde, existem muitas entidades a trabalhar em investigação, porém, falta ainda uma imagem de conjunto. Cada centro deve ser autónomo, mas deve haver uma possibilidade de aproveitar as sinergias entre os diferentes centros.

Já temos uma estrutura interessante, profissionais com um nível interessante e um investimento adequado ao País, mas falta ainda a criação e a promoção de sinergias, de maneira a que se possam completar, mantendo um grau de concorrência, caso contrário haveria o risco de cair na repetição e não é isso o pretendido. O próprio modelo académico favorece isso.

O Brexit vai certamente ter um impacto desmesurado sobre o sistema científico e de financiamento inglês, muito especialmente na área da saúde, e penso que devíamos aprender e até beneficiar.

FN | De que forma é que podíamos beneficiar com o Brexit na área da investigação farmacêutica?

RL | Poderemos beneficiar se os bons profissionais de nacionalidade portuguesa, que se encontram em Inglaterra, começarem a sentir-se desconfortáveis, por falta de financiamento ou pela destruição de equipas. Devemos, por isso, estar atentos, acompanhar a atualidade, para eventualmente conseguirmos atrair e aproveitar esses talentos. Não é desprezível a quantidade de investigadores e profissionais colocados em hospitais, como os farmacêuticos, que têm conhecimentos do modelo inglês, e só teríamos a ganhar em importar essas competências. Deveriam, inclusive, ser criados grupos de acompanhamento especializados nesse campo. Na verdade, houve um investimento do País que não está a ser aproveitado, porque as pessoas emigraram. Por isso, não seria tanto uma importação de talentos, mas antes uma recuperação com valor acrescentado – já que, entretanto, adquiriram experiência num modelo diferente, o que lhes conferiu novas competências.

FN | Considera que houve “exportação” a custo zero?

RL | Os cursos de Medicina, Farmácia e Enfermagem são tipicamente mais caros, logo temos estado a exportar capacidades e talento a custo zero; capacidades essas que são necessárias para o bom desenvolvimento da IF e para a criação de sinergias, até porque este é um setor que precisa de pessoas altamente qualificadas e diferenciadas - não sendo apenas uma questão de equipamento.

FN | O Estado é, por excelência, o formador destes profissionais. Atribui-lhe responsabilidade nessa “exportação”?

RL | Não considero que o Estado seja responsável por essa exportação, tão pouco tem de assumir todas as responsabilidades. Todavia, há setores em que assume especial importância, entre os quais a saúde. Quem é que forma médicos, farmacêuticos e enfermeiros? O Estado. Quem é o principal empregador desses profissionais?

O Estado. Quem é que define se o medicamento é ou não introduzido no mercado?
O Estado. Quem é que define a comparticipação de um fármaco? O Estado. Ou seja, é um setor que não pode ser visto apenas como fonte de despesa, mas igualmente como fonte de estabilidade social. Já se vão dando alguns passos nesse sentido. Porém, não são Suficientemente rápidos, nem continuados no tempo, de forma a terem impacto.

FN | Por outro lado, há um fator a considerar: a vontade desses talentos voltarem... O que poderia ser feito para os atrair?

RL | Se o ambiente se tornar desconfortável em Inglaterra, não deverão permanecer nesse país. Já se o panorama em Portugal for favorável, ajuda a que voltem. Para isso, é necessário haver uma indústria farmacêutica estável e competitiva, capaz de contribuir para exportar, contratar e manter recursos humanos. O país e o setor têm imensas competências a vários níveis que podem e devem ser melhor aproveitadas. Além disso, há capacidade para serem criadas maiores sinergias, como já referi. O caso da canábis para fins medicinais é paradigmático a esse nível, uma vez que, por força de ação legislativa clara e condições privilegiadas do país, está já a conduzir à criação de novas empresas e de novos empregos qualificados e não qualificados um pouco por todo o país.

FN | Poderia dar exemplos concretos dessas sinergias?

RL | Gostaria de salientar que falo em sinergias entre entidades de investigação públicas e/ou privadas. O IBET e o GenIbet são exemplos paradigmáticos.

FN | Acredita que tais sinergias entre diferentes entidades possam beliscar a competitividade e criar uma espécie de globalização de organismos?

RL | Em relação a essa questão tenho uma opinião muito vincada. “Matemse” naquilo em que são concorrentes, mas colaborem em tudo o resto.

FN | Considera, então, saudável que dois concorrentes colaborarem q.b?

RL | Penso que as duas situações são saudáveis e possíveis, até porque duas empresas não são concorrentes em 100% da atividade. A concorrência é saudável, mas a sinergia naquilo em que não se concorre também o é. Garanto que funciona na prática e posso apontar como exemplo o programa PharmaPortugal.